

Tempo e poder na expectativa do Juízo Final na *Oratio Supplicatoria* de Mercurino de Gattinara (1516)

Time and power in the expectative of the Last Judgment in
Mercurino de Gattinara's *Oratio Supplicatoria* (1516)

Renato Luiz de Oliveira Bernardino

Graduando em História

Universidade de São Paulo (USP)

renatoluizobernardino@usp.br

Recebido: 11/03/2026

Aprovado: 21/05/2026

Resumo: A dificuldade em se criar uma conceitualização adequada, capaz de fornecer lentes para a compreensão histórica do pensamento do chanceler do Imperador Carlos V, Mercurino de Gattinara (1465-1530), é tido pela historiografia como um dos obstáculos para o estudo desse personagem histórico. Nesse sentido, o presente trabalho possui como objetivo a investigação daquilo que é frequentemente colocado em categorias separadas no pensamento de Gattinara: seu pensamento político de uma monarquia universal e seu pensamento profético-milenarista. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre esses dois aspectos de seu pensamento a partir de como derivam de uma mesma noção comum: a constante expectativa (e ao mesmo tempo não realização) do Juízo Final.

Palavras-chave: Profecia; Política; Idade Moderna.

Abstract: The difficulty in creating an adequate conceptualization capable of providing lenses for the historical understanding of the thinking of Emperor Charles V's chancellor, Mercurino de Gattinara (1465-1530), is considered by historiography to be one of the obstacles to the study of this historical figure. In this sense, the present work aims to investigate what is often placed in separate categories in Gattinara's thinking: his political thinking of a universal monarchy and his prophetic-millennarian thinking. Thus, this paper aims to understand the relationship between these two aspects of his thinking based on how they derive from the same common notion: the constant expectation (and at the same time non-realization) of the Last Judgment.

Keywords: Prophecy; Politics; Early Modern Period.

Apresentação

Desde a segunda metade do século XX, a figura de Mercurino de Gattinara, grão-chanceler de Carlos V, tem ganhado maior atenção, principalmente com estudos relacionados a seu pensamento político e sua atuação administrativa nos domínios dos Habsburgos. Em 1983, John Headley,

propondo uma explicação retrospectiva para a dificuldade do estudo do jurista piemontês, elabora o que seriam os três obstáculos principais:

Alguns assuntos recebem atenção imediata, contínua e até mesmo excessiva; outros, por falta de público interessado, de fácil acesso ou de conceituação adequada, permanecem enterrados, ignorados indefinidamente, talvez para sempre. Quando há uma conjunção dos três impedimentos — a ausência de um público que tenha algum tipo de interesse no assunto, a indisponibilidade de fontes importantes e a incapacidade de criar lentes eficazes para perceber as dimensões das questões envolvidas —, a exposição histórica do assunto certamente é filtrada e fica sem ser realizada. No caso do Grande Chanceler de Carlos V, todos esses três fatores se uniram para obstruir a recuperação histórica dessa importante figura do Renascimento. (Headley, 1983, p. 1)

Nesse sentido, o historiador americano propunha três aspectos que dificultavam a aproximação sobre a figura do chanceler: a ausência de uma documentação acessível e organizada, o pouco interesse da historiografia, e também a ausência de uma conceitualização capaz de criar as lentes necessárias para o adequado exame do personagem. Passados 40 anos da efetivação deste diagnóstico, é possível observar que esse quadro foi significativamente alterado: na década de 2010, houve um número significativo de publicações relativas à figura de Mercurino de Gattinara¹. Além disso, desde 1983, seu corpo documental teve uma considerável expansão, principalmente a partir da abertura do arquivo da família Arbóreo de Gattinara, e a descoberta de textos de cunho profético-milenarista de propriedade do grão-chanceler na primeira metade da década de 1990 (Headley, 1983; Boccotti, 1994).

Inserido nessa expansão do *corpus* documental, houve a descoberta do opúsculo político e milenarista *Oratio Supplicatoria* em 1993 por Paul Kristeller, considerado perdido pelos estudiosos do chanceler (Skolimowska, 2016, p. 125-126). Mesclando um espelho de príncipes de influência humanista com um tratado político-aristotélico em defesa da Monarquia Universal, e também, pertencendo ao gênero profético-escatológico, *Oratio Supplicatoria*, escrito ao final de 1516 e começo de 1517, é o primeiro texto de uma série de escritos que Gattinara dirige ao jovem soberano Carlos de Gante, futuro Sacro Imperador Carlos V. A descoberta do texto acaba por fornecer novos panoramas para seu ideário político e uma nova visão sobre o relacionamento de diferentes âmbitos do seu discurso, principalmente suas concepções escatológicas e políticas em uma fase que ainda não estava

¹ Aqui, cito como exemplo o trabalho de Rebecca Ard Bonne “Mercurino de Gattinara and the creation of the Spanish Empire” (2014); a tese de doutorado de Quentin Jouaville “Jardin de l’Empire et clef de la monarchie universelle : l’Italie au cœur du projet de Mercurino Gattinara” (2018), a obra de Manuel Rivero Rodríguez “Gattinara. Carlos V y el sueño del Imperio” (2011) e também a edição, transcrição e publicação da *Oratio Supplicatoria* por Anna Skolimowska em conjunto com o projeto *Corpus Ioannes Dantiscus* em 2016.

envolvido nas disputas administrativas da chancelaria, a qual assumiria em outubro de 1518. Assim, com o surgimento de um novo panorama ocasionado pela descoberta do texto, se torna também, uma nova conceitualização necessária capaz de lançar lentes adequadas para a compreensão do discurso concatenado no manuscrito.

O procedimento frequentemente adotado na investigação do seu pensamento político esbarra em duas metodologias. A primeira é a separação de seu discurso em duas frentes de modo a investigar as origens das ideias que resultaram na produção desse discurso, ou seja, a separação entre um ideário político de origem dantesco-gibelina², e um ideário profético-escatológico inserido na tradição milenarista de Imperador do Fim dos Tempos³. A segunda metodologia adotada é a conjugação dessas duas frentes, atribuindo ao programa político o caráter de uma doutrina político-filosófica, e colocando as noções escatológicas enquanto um fator integrante da retórica. É possível dizer que essa segunda metodologia conclui então que Gattinara produz um discurso político em torno da Monarquia Universal a qual é enunciada a partir de uma retórica milenarista (Boone, 2014, p. 36). O problema da primeira metodologia adotada é, então, a separação entre essas duas frentes, deixando pouco espaço para pensar as relações entre os aspectos políticos e escatológicos no interior do pensamento de Mercurino de Gattinara. Já a crítica a ser feita para a outra metodologia é que ela, apesar de traçar uma relação fundamental entre o discurso político e escatológico, condiciona a última a ser subordinada à primeira, de modo que seria possível analisar suas ideias políticas isoladamente em comparação às ideias milenaristas.

No entanto, o advento documental de *Oratio Supplicatoria* nos mostra como essas duas categorias: o pensamento político e o pensamento profético, são não só pouco separáveis, mas também, se sobrepõem em diversos momentos ao longo do texto. A imiscuidade entre profetismo e política nos leva então a necessidade de uma nova metodologia para abordar a relação entre as concepções de Gattinara de poder e o tempo, e com isso, a necessidade de repensar o aparato conceitual utilizado como ferramenta de compreensão do pensamento do grão-chanceler. Nesse sentido, nossa proposta é investigar a relação entre as concepções de tempo e poder, não a partir da

² Nesse caso, o gibelinismo pode ser definido como um movimento político que busca pela renovação do Império sob um soberano mundial ou universal que instauraria uma era de justiça e paz. Um dos principais representantes desse movimento é a obra “De monarchia” de Dante Alighieri. (Yates, 1993, p. 7).

³ Tomo como exemplos tanto a discussão feita por Giuseppe Galasso em relação a seu programa político em “Lettura dantesca e lettura umanistica nell’idea di impero del Gattinara.” quanto a discussão feita por Giancarlo Bocotti em “Mercurino Arborio, Cancelliere di Carlo V, e un opuscolo inedito sulla monarchia universale” em relação a seu pensamento profético. Ambos os autores isolam as categorias profético e político e as analisam hermeticamente.

análise individual e separada dos discursos sobre o tempo (profetismo) e os discursos sobre o poder (o programa da Monarquia Universal), mas sim uma tentativa de repensar e conjugar esses dois aspectos de maneira conjunta, sem subordinar o discurso profético enquanto categoria de retórica do discurso político. A tese que propomos é que não é possível uma separação das concepções de poder e tempo, nem de pensar o profetismo enquanto uma retórica do discurso sobre o poder, uma vez que esses dois objetos derivam de um aspecto em comum: a constante expectativa (e com isso não realização) do Juízo Final.

O poder no tempo da espera

Martin Heidegger em sua obra *Ser e o tempo* (1927), apresenta o que seria um esboço para um estudo da ontologia a partir da análise existencial do *ser-aí*. Caracterizado por ser largado ao mundo (*Geworfenheit*), isto é o nascimento, e ter consciência de sua própria finitude, inexata, mas certa, isto é a morte (*Vorlauf zum Tode*), constitui a base para o *ser-aí*: a noção de uma temporalidade que percorre sua existência. Deste modo, o tempo para o ser, bem como a consciência de si, se dá pela antevisão da própria finitude, e com isso, ao expandir sua consciência sobre o passado e sobre o futuro, o ser estrutura não só a temporalidade, mas também a própria historicidade de si. O tempo surge então a partir do ser e sua constatação de sua finitude, mas também serve de base para ele, sendo que só pode ser vivenciado no momento que o ser toma consciência de sua finitude. Saindo de uma operação intratemporal, isto é, entre sua vida e sua morte, e se enxergando enquanto parte de um coletivo, o *ser-aí* então é capaz de conceber um arco temporal maior, isto é, a historicidade, que parte de um momento pré-existente ao ser e vai até um momento para além dele. Em suma, para Heidegger só é possível conceber a Historicidade (tanto a *Geschichte* quanto a *Historie*, como afirma Koselleck (Koselleck, 2014, p. 93)) a partir da antevisão da finitude do ser, isto é a morte:

O ente que, em seu ser, é essencialmente, porvir, de tal maneira que, livre para a morte, nela pode se despedaçar e se deixar relançar para o fato de que seu pré é um ente que, sendo porvir, é de modo igualmente originário o vigor de ter sido. Somente este ente, transmitindo para si próprio para si mesmo a possibilidade herdada, pode assumir o seu próprio estar-lançado, e neste instante, ser para o “seu tempo”. Somente a temporalidade própria, que é também finita, torna possível o destino, isto é, a historicidade em seu sentido próprio. (Heidegger, 2002, p. 191)

Expondo de modo breve a ontologia heideggeriana e sua relação com o tempo que se pretende usar de ponto de partida para pensar a consciência do Renascimento no começo do século XVI, e,

portanto, o pensamento político de Mercurino de Gattinara em *Oratio Supplicatoria*. No Renascimento, é possível observar uma proeminência cada vez maior do tema da morte, bem como uma visão pessimista acerca dela, de modo que se exalta uma concepção saturniana, onde a progressão temporal é vista como destrutiva (Dubois, 1995, p. 25). Observa-se então um peso gradualmente maior para a incerteza tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro, de modo que conforme constata Jean Delumeau, o medo da morte desloca cada vez mais um peso ansiogênico para a esfera espiritual individual em relação a sua própria salvação (Delumeau, 1989, p. 60-63). O temor da condenação eterna, somado ao sentimento de que a progressão temporal é destrutiva, faz com que aumente a sensação de habitar um “mundo envelhecido”, cujo importante da História substancialmente já ocorreu, e com isso, a sensação de proximidade cada vez maior com o Juízo Final (Delumeau, 2009, p. 342). Não podendo determinar com certeza o fim de sua História, o renascentista se via então em um momento em que nada se abria no horizonte de suas expectativas senão o Juízo Final. Nesse sentido, cada vez mais consciente de sua finitude e da finitude de sua História (e de todo curso temporal até aquele momento), ele se via cada vez mais próximo do Juízo Final, ainda que este estivesse indeterminado em quando iria acontecer: era uma ambivalência entre algo que estava surpreendente próximo, mas ainda assim, não poderia se afirmar com exatidão sua chegada. Conforme constata Reinhart Koselleck em *Futuro Passado*, a História cristã até o século XVI: “é uma história das expectativas, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo” (Koselleck, 2006, p. 24). Ainda que essas esperanças variem nos discursos proféticos, os mil anos de felicidade, Frederico III, o *encubierto*, o papa Angélico, esses mantinham ainda um quadro fixo⁴: o término da História e o retorno de Cristo. No entanto, a tensão existente entre a contínua presença de uma expectativa e sua não realização postula em seu interior a necessidade de um elemento que seja então removido para que essa tensão se concluísse, para que a Parúsia desse lugar para o Eterno em oposição à História finita e secular: o *katechon*⁵.

É essa tensão entre a História e o Eterno, entre o tempo e o além-tempo, o imanente profano e o transcendente sagrado, divididos e sustentados pelo *katechon*, que não só é incorporada ao projeto

⁴ Sobre essas diversas feições no discurso profético, cf. LIMA, Luis Felipe Silvério; MEGIANI, Ana Paula Torres (org.). **Visions, prophecies and Divinations: Early Modern Messianism and Millenarianism in Iberian America, Spain and Portugal.** Boston: Brill, 2016; REEVES, Marjorie. **The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages: A Study in Joachimism.** Notre-Dame: University of Notre Dame Press, 1993.

⁵ Aqui, “*katechon*” se refere ao termo bíblico presente nas cartas de Paulo sobre aquilo que detém a vinda do Anticristo, e cuja remoção daria lugar aos eventos que levariam ao Juízo Final.

de Gattinara, como também serve de base para ele. Na medida em que Gattinara pensa o seu projeto político enquanto limite da História universal da salvação, ou seja, a monarquia enquanto o triunfo dos cristãos perante a Inequidade ante a Parúsia, em um movimento conjunto, ele amplia também essa mesma monarquia como a Monarquia Universal ante a Salvação. Em outras palavras, se a História da Salvação tem alcance universal, todos estão inscritos nela e por conseguinte serão julgados ao final, o poder (ou seja, a sua ideia de monarquia) que conduzirá para o fim dela então também deve ser universal. Não só estende essa monarquia para a universalidade, mas então, em retrospectiva, as monarquias tratadas na profecia de Daniel (Caldeus, Persas, Gregos e Romanos) para a mesma condição, são simulacros do que seria a monarquia de Cristo (*monarchia Christi*), a qual a mais próxima (e, portanto, mais feliz) está a quinta e última, a monarquia dos Cristãos (*monarchia Christianorum*), sobre a qual Gattinara pretende elucidar em sua *Oratio Supplicatoria* (Gattinara, 2016, p. 160).

Esta última monarquia que precede a vinda de Cristo não pode ser então somente representante de uma Idade (*aetas*), ou seja, uma etapa em direção ao fim dessa História, mas é representante de todo o Tempo. Pensando essa monarquia enquanto a última antecedendo a vinda de Cristo, seu poder e sua autoridade são derivados da instituição divina, mas essa é essencialmente escatológica, de modo que se toda História é a História da Salvação, ela também é a História de seus antecedentes (Cacciari, 2018, p. 27-31), e com isso ela deverá culminar na monarquia dos Cristãos. Sendo assim, a monarquia dos Cristãos só pode ser pensada assim na medida em que condensa todos os conflitos da História da Salvação (*Historia Salutis*) e também se pretende ser representativa dela mesma (não à toa, será o encargo da Monarquia dos Cristãos recuperar o Santo Sepulcro).

A condensação dos embates da História Universal requer, na mesma medida, a suspensão da ordem gelasiana entre os dois princípios que regem o mundo, o espiritual e o temporal, a dupla relação entre os poderes da Igreja e os poderes do Império (Gelasius I, 1867, p. 350-351), tornados em um só na vinda do Juízo Final. Aqui retomamos a premissa heideggeriana, tendo em vista que na medida em que em que a finitude é constatada, se pode ser, aqui ocorre o mesmo: no momento em que há a necessidade de suspensão dessa divisão gelasiana em sua premissa teológica de existir dentro do Tempo, é que ela é possível de existir. Os representantes dos dois poderes, o Império e o papado, estão assim, condenados, na aproximação com o termo do Tempo, à sua própria dissolução: a Igreja em sua totalidade está condenado à corrupção moral e o Império, condenado à desobediência dos servos temporais (Gattinara, 2016, p. 169). O esfacelamento da paz e justiça, garantido pela ordem gelasiana

de conceber o mundo, é então um elemento necessário no curso da Tribulação (*Tribulatio*) que antecede a própria Parúsia.

A paz, a justiça e a salvação moral, condenadas a não existirem na aproximação do Juízo Final, passam a existir por causa dele de uma maneira retrospectiva. O poder do Império, como dito, condenado à desobediência, enquanto operante dentro de uma lógica gibelina-dantesca que certamente influenciou Gattinara⁶, teria como objetivo ordenar teleologicamente todas as coisas terrestres (*res omnes in hoc terrestri globo*) (as coisas deste mundo, deste Tempo) para que se possa obter assim, a paz e a justiça no orbe terrestre (Alighieri, 2017, p. 35-37), garantindo assim, o estágio final da doutrina aristotélica, o bem-viver (*benevivere*) na comunidade civil humana (Aristóteles, 1998, p. 221). Tal posição exerce uma contraposição por parte do papado, pensando em quanto à monarquia espiritual e que para tanto deve por sua vez ordenar teleologicamente as partes incorruptíveis (isto é, as almas) da humanidade para sua salvação no além-mundo, na transcendência. Contudo, observando o fim do tempo como também o fim das barreiras intra-mundo e além-mundo (nomeadamente, a imanência e a transcendência), a ordem gelasiana instituída e pensada por Gattinara a partir da leitura dantesca da doutrina aristotélica, perde sentido: o além-mundo passa a ser o além-tempo, e este, é reduzido ao horizonte de expectativa do Juízo Final.

A redução das barreiras entre imanência e transcendência a um único horizonte de expectativa oferece na mesma medida a única saída possível para também redução da ordem gelasiana: a sacralização do poder e ao mesmo tempo, a temporalização da salvação. Assim, a monarquia universal se justifica enquanto ordem divina e temporal, cuja desobediência, combatida pela mesma ordem, aparece então em conflito com a ideia do Império confirmado e aprovado pela morte e pelo nascimento de Cristo em um pensamento inspirado por Bartolo de Sassoferrato (Monateri, 2018, p. 40).

A mesma legitimação é pensada então para o projeto de Gattinara, uma vez que como o mesmo afirma, o poder monárquico é senão sucessor daquele que é pensado a partir das revelações divinas, sua instituição não pode ser positiva ou humana, mas somente então a completude de algo já dado anteriormente pela lei divina. É, portanto em função dessa legitimação divina e transcendental da autoridade do Império, e por fim, daquela monarquia destinada a suceder ele, que Gattinara realiza seu

⁶ Embora seja discutido por Giuseppe Galasso e John Headley se Gattinara teve contato direto com o tratado *De monarchia* de Dante Alighieri em um período prévio à 1527, é certo que ele foi influenciado indiretamente pela obra por meio de Baldo de Ubaldis e Bartolo de Sassoferrato. (Headley, 2016; Galasso, 2001).

exercício exegético bíblico, tendo em vista que este é em busca de um verdadeiro poder soberano, mas que precisa de sua justificativa extraída da lei divina. Esse exercício exegético, então aparece como um elemento inscrito na trama histórica divina, e portanto, ela é sempre feita de um ponto de vista escatológico, e com isso a superação dessa mesma estrutura política que Gattinara procura justificar.

Embora Gattinara busque dar como verdadeiro a ideia de monarquia universal como algo já presente e prescrito nas escrituras sagradas através de seu método exegético, como algo dado pela Providência, Gattinara não menciona que esta mesma monarquia estava destinada a ser encabeçada por Carlos⁷. Pelo contrário, Carlos I, futuro Carlos V, aparece somente como alguém próximo a instituição da monarquia *christianorum*, aquele que seria o mais capaz de recompor a unidade temporal e espiritual da *respublica christiana* na medida em que o poder se configura enquanto salvação da humanidade (Gattinara, 2016, p. 215), mas que não é descrito em nenhum momento como o único capaz de fazê-la. A capacidade do jovem príncipe estaria baseada então em dois pilares fundamentais, nos traços humanistas de Fortuna e Virtude: a sua situação dinástica, possivelmente a ser ampliada pela sucessão do Sacro Império como tenta convencer Gattinara, mas também pelas suas capacidades morais, que deveriam ser adquiridas pelo programa humanista que Mercurino de Gattinara procura transmitir.

A proximidade de Carlos I da sucessão imperial, bem como a maior aproximação da monarquia *christianorum* parte então do pressuposto da introdução da trama profético-escatológica sobre a instituição imperial. O Império aparece então como a mais importante das heranças a serem obtidas dentro das possibilidades que a coleção dinástica e hereditária de territórios apresentava a possibilidade de legitimação de aquisição de todo o globo: “(...) o título de império legitima a aquisição de todo o globo, conforme ordenado pelo próprio Deus, previsto pelos profetas, previsto pelos apóstolos e aprovado em palavras e ações por Cristo, nosso Salvador, por seu nascimento, vida e morte.” (Gattinara, 2016, p. 92). Deste modo, Carlos se apresentava como o único continuador possível de Maximiliano I, seu avô, ganhando contornos na *Oratio Supplicatoria* de continuador do seu propósito divino, que não pode ser completado pela ausência da Fortuna e do falecimento próximo do Sacro Imperador. Os dois então são aproximados de forma quase que total, como o próprio Gattinara descreve Maximiliano para Carlos: “o avô paterno, a quem tu próprio pode chamar de seu outro, pois

⁷ Embora Gattinara afirme que Carlos é aproximado pelas vias políticas, como sua hegemonia política no quadro político da Cristandade, e também pelos mecanismos exegéticos, como o trecho que Gattinara afirma que a unidade política seria recomposta por alguém com mesmo nome daquele que dividiu o poder do Império (Carlos Magno).

julga-se ser a mesma pessoa” (Gattinara, 2016, p. 173). Maximiliano, entretanto, não se limita a ser apresentado enquanto elemento dinástico potencializador da salvação divina, mas também como própria referência do programa humanista oferecido por Gattinara. A moralidade de Maximiliano, contudo, não pode ser completada dentro desse mesmo circuito pedagógico, ainda que tenha sido citado como referência em duas das quatro virtudes cardeais elencadas por Mercurino de Gattinara: clemência e magnitude (Gattinara, 2016, p. 206). Para Carlos de Gante, resta em comparação a Maximiliano, o aprendizado da liberalidade e a mais importante do quarteto das virtudes, a justiça (Gattinara, 2016, p. 218). Assim, ocorre uma inversão no pensamento dantesco, demonstrando a própria influência do humanismo sobre Gattinara. Se no tratado “De monarchia” de Dante Alighieri, o Imperador é descrito *a priori* como corporificação da Justiça (Alighieri, 2017, p. 43), em Gattinara, o Imperador se torna a presentificação da Justiça pelo modo de agir justo.

Essa tripla relação construída por Gattinara entre o Sacro Império, a Salvação e Carlos de Gante ganha uma profundidade retórica ainda maior na medida em que ela é representativa da discussão sobre a sucessão imperial que tomava conta dos círculos cortesãos do rei flamengo. Enquanto opositor ao grupo flamengo⁸, de inclinação erasmiana, Gattinara se apresentava como continuidade da interferência do Sacro Imperador Maximiliano nos assuntos da chancelaria da Borgonha (Rivero Rodríguez, 2024, p. 20). O recém falecimento do Rei Católico Fernando aumentava a tensão entre os interesses dinásticos de Maximiliano, representados na Borgonha por Gattinara, e a chancelaria borgonhesa que já antecipava a necessidade de direcionar esforços pessoais e monetários para as coroas ibéricas, e em um futuro próximo, para a campanha pela sucessão Imperial. Ao contrário do pensamento jurídico bartolista sob a qual Gattinara fora criado, em que o Imperador aparece como *dominus mundi* (Senhor do Mundo), Erasmo via o Sacro Império como uma entidade política indiferente às outras e, portanto, os conselheiros influenciados por seu pensamento colocavam o Sacro Império em um papel secundário em sua agenda política.

Gattinara, pelo contrário, sacraliza o debate político, inserindo ele em um plano de fundo escatológico cujo ponto final é a Salvação universal. O poder, na sua concepção política, tem como traço fundamental a constatação da finitude da História segundo uma exegese bíblica. O princípio do poder monárquico para Gattinara (e portanto, o único a ser concebido) parte então de uma visão de um tempo uno e direcionado para a Salvação Universal. Tendo um fim único, um único *telos*, isto é o

⁸ Por exemplo Jean Sauvage, Charles Lannoy e Guilherme de Croy.

Juízo Final e a Salvação, o Tempo por sua vez é visto enquanto uno, bem como o poder que pretende o representar. Segundo Gattinara, a imperfeição estaria na não unicidade de Deus e seus derivados: poder e tempo; e assim, jamais seria possível pensar uma ordem política divinamente instituída que comportasse a pluralidade de principados. Essa pluralidade, que seria a causadora de todos os males, seria então, em uma concepção cristã-agostiniana⁹, o afastamento político de Deus, e em seu contrário, a monarquia universal seria a aproximação de Deus. Desta maneira, partindo do pressuposto de sacralização do tempo, Gattinara sacraliza também o poder político na medida em que concebia ambos enquanto finitos e contingentes no universo, derivando da condição necessária que é a existência divina. Nesse sentido, é somente por um discurso profético sobre o tempo que Gattinara realiza a operação de ressacralização do poder temporal, subvertendo o papel da Igreja romana, que desde o século XI se tornaram uma instância dessacralizadora da condição política (Prodi, 2017, p. 42-43).

Contudo, se é na Monarquia dos Cristãos (*monarchia Christianorum*) que é possível de obter a Salvação, tendo em vista que a monarquia dos cristãos procura o triunfo dos cristãos, então fora da monarquia e sua recusa representa então a sua condenação. O externo à monarquia universal representa então a “Inequidade”, a ausência da justiça e da paz, justamente o não-cristão. A monarquia universal de Gattinara é pensada então também no par dicotômico da Justiça que existe graças à sua corporificação pelo monarca universal, em comparação com o externo à monarquia universal, representante da heresia, e por conseguinte, da ausência da Justiça. A vinda de Cristo então representa então não só o fim do poder justo do monarca universal, mas também a derrota dos seguidores do Anticristo, isto é, na concepção de Gattinara, o Império Otomano. Segundo Gattinara, no entanto, a derrota dos seguidores do Anticristo não é feito pelas armas físicas, mas sim pelo mando divino (Gattinara, 2016, p. 162), e portanto é sua vontade o encerramento do Tempo, dissolvendo todo tempo e com isso todo poder, conforme enunciado em Pseudo-Metódio, que Gattinara baseia sua leitura profética: “Agora é destruído todo principado e todo poder” (Pseudo-Methodius, 2012, p. 134). A História e o Tempo se encerram após a conquista do Santo Sepulcro, conforme narrado por Gattinara, e o monarca, corporificação do poder e da justiça intra-terrena é necessariamente extinto para dar lugar ao poder divino e celestial, a monarquia de Cristo. A morte, razão pela qual Gattinara oferece as últimas páginas de sua *Oratio* para consolar o príncipe, é então o último vestígio do poder e do tempo na

⁹ Parto da ideia de que o mal não é concebido enquanto uma substância por si própria, mas sim, a própria ausência dela, conforme é enunciado em suas Confissões por Agostinho de Hipona: “Logo, ser privado de todo o bem é o nada absoluto. De onde se segue que, enquanto as coisas existem, elas são boas. Portanto, tudo o que existe é bom; e o mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância, porque se o fosse seria um bem.” Agostinho de Hipona (1973).

História da Salvação, e conforme é enunciado por Gattinara, é a desunião do corpo e da alma, extinguindo ao mesmo tempo ambos (Gattinara, 2016, p. 157).

Considerações finais

Retomando a premissa inicial de propor uma nova forma de compreender a relação entre o discurso profético e o discurso sobre o poder, é possível verificar que, a partir da constatação da finitude da História, e da transformação temporal contida nela, Gattinara é capaz de conceber um projeto político que está inscrito no limite dessa finitude, um passo final em direção ao Eterno e sagrado, em oposição ao tempo, secular e moralmente corrompido. Nesse sentido, foi possível verificar que somente do ponto de vista de um discurso profético, isto é, sobre o tempo, que foi possível elaborar também um discurso sobre o poder. O poder e o tempo aparecem não só como categorias aproximadas, mas são capazes de se constituírem como tal a partir da existência da outra: da mesma forma que a consciência sobre o tempo é base para se pensar o poder, este mesmo tempo só é representado pela existência desse poder. Essa existência dual é possível em razão de que as duas partem enquanto categorias contingentes da mesma instância necessária na concepção de Mercurino de Gattinara, isto é, da substância divina. O tempo, na medida em que conduz para a Salvação, esta somente pode se realizar dentro dessa concepção de poder, dentro da Monarquia dos Cristãos. No momento em que a Salvação e o Juízo Final se realizam, então, ambos os elementos, o tempo e o poder, tendo suas condições de existência em favor desta, perdem sua causa final, tendo sido extintos. Portanto, as concepções de Gattinara sobre tempo e o poder são modulados a partir da constante expectativa pelo Juízo Final, mas ao mesmo tempo, a sua não realização, um programa político (e também uma ideia sobre o tempo) que só pode ser feito na constante espera.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO DE HIPONA. Confissões. In: **Os pensadores vol. 6 - Santo Agostinho**. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- ALIGHIERI, Dante. **Monarquia**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução e notas por António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.
- BOCCOTTI, Giancarlo. Mercurino Arborio, Cancelliere di Carlo V, e un opúsculo inedito sulla monarchia universale. **Atti dell'Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti**, 153 (1994–5).

- BOONE, Rebecca Ard. **Mercurino di Gattinara and the creation of the Spanish Empire**. Brookfield: Pickering Chatto, 2014.
- BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Tome 2. Paris: Librairie Armand Colin, 1966
- CACCIARI, Massimo. **The Withholding Power: An Essay on Political Theology**. Londres: Bloomsbury Academic, 2018.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. **O imaginário da Renascença**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- GALASSO, Giuseppe. Lettura dantesca e lettura umanistica nell'idea di impero del Gattinara. In: MARTÍNEZ MILLÁN, J. **Carlos V y la quiebra del humanismo político en Europa, 1530-1558: congreso internacional**, Madrid, 3-6 de julio de 2000. Madrid: Sociedad estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001.
- GATTINARA, Mercurino. Autobiography. In: BOONE, Rebecca Ard. **Mercurino di Gattinara and the creation of the Spanish Empire**. Brookfield: Pickering Chatto, 2014.
- GATTINARA, Mercurino. Oratio Supplicatoria, 1516. Transcrição e notas por Anna Skolimowska. In: **Respublica litteraria in action: new sources supplement Mercurino Arborio di Gattinara, "Oratio supplicatoria" 1516**. Warsaw: Polish academy of arts and sciences (PAU), 2016.
- GELASIUS I. Epistola 12, Gelasii papae ad Anastasium Augustum. Destinatário: Imperador Anastácio. In: THIEL, Andreas (ed.). **Epistolae Romanorum pontificum genuinae et quae ad eos scriptae sunt a S. Hilario usque ad Pelagium II**, vol. 1. Brunsberg: Eduard Peter, 1867
- HEADLEY, John M. **The emperor and his chancellor: a study of the imperial chancellery under Gattinara**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HEADLEY, John M. The Habsburg World Empire and the revival of ghibelinism. In: ARMITAGE, David (Org). **Theories of empire, 1450-1800**. Londres: Routledge, 2016
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo: parte 2**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Estratos do tempo: estudos sobre História**. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Contratempo, 2014.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- MONATERI, Pier Giuseppe. **Dominus mundi: political sublime and the world order**. Oxford ; New York: Hart, 2018.
- PSEUDO-METHODIUS. **Apocalypse of Pseudo-Methodius**. An Alexandrian world chronicle edited and translated by Benjamin Garstad. Cambridge Massachusetts: Havard University Press. 2012
- RIVERO RODRÍGUEZ, M. **Felipe II, la tercera vía y la monarquía universal**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2024.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SKOLIMOWSKA, Anna. About the author and writing of Oratio Supplicatoria. In: **Respublica litteraria in action**: new sources supplement Mercurino Arborio di Gattinara, “Oratio supplicatoria” 1516. University of Warsaw. Polish academy of arts and sciences (PAU), 2016.

YATES, Frances A. **Astraea**: the imperial theme in the sixteenth century. London: Pimlico, 1993.